



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER
A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO, REALIZADA NO DIA 3 DE
DEZEMBRO DE 2024, ÀS 18H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DO
PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Boa noite a todos e a todas. Sejam bem-vindos.

Quero cumprimentar o meu colega, Deputado Mário Motta, nosso Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesc; o Deputado Marquito, membro da nossa Comissão; e todas as autoridades e lideranças presentes. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Educação e Cultura, atendendo ao requerimento de nossa autoria, que tem por objetivo tratar da nova matriz curricular do Ensino Médio.

O Parlamento catarinense, por meio da Comissão de Educação e Cultura, tem por objetivo garantir espaços de debate crítico e propositivo a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação e das práticas democráticas no que tange, neste caso, à organização do Ensino Médio no contexto das escolas e dos estudantes em Santa Catarina.

Eu quero agradecer, além da presença dos nossos colegas Deputados, também do doutor Marcelo Brito de Araújo, Promotor de Justiça da 25ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina; da Letícia Espíndola Faria, auditora do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; do Sílvio Bhering Sallum, auditor do Tribunal de Contas de Santa Catarina; da Jocelete Silveira dos Santos, gerente de Ensino Médio Profissional da Secretaria de Estado da Educação, neste ato representando o Secretário Aristides Cimadon; do George Luís França, coordenador de Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina, neste ato representando a administração central da UFSC; do Evandro Accadrolli, coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC); do Willian Simões, Pró-Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, neste ato representando o Observatório de Ensino Médio de Santa Catarina; e do Luiz Carlos Vieira, secretário de Assuntos Educacionais e Culturais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC). Sejam bem-vindos.

Quero também agradecer a presença do Fábio, editor da Editora Cruz e Sousa; do Diego, que representa o Sinte; e do professor Reginaldo. Enfim, que todos se sintam bem conosco.

Nós faremos a audiência pública da seguinte forma: inicialmente os Deputados terão a palavra livre para se manifestar sobre o tema e expor suas preocupações e logo em seguida a Secretaria de Estado da Educação terá uma fala assegurada, assim como o Observatório do Ensino Médio e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Queremos também registrar, para quem está participando de forma *on-line*, que todas as manifestações e todos os comentários no *chat* serão incluídos na ata da audiência. Além disso, faremos uma seleção de perguntas para trazer ao debate, também de forma *on-line*. As entidades que desejarem se manifestar terão dois minutos para suas falas e podem fazer o pedido pelo *chat*, conforme já mencionado.



Então, abrindo os trabalhos, trago aqui a preocupação em relação ao tema a partir do que temos observado nas visitas às escolas. Primeiro, os professores manifestam uma preocupação no sentido de que tem alterado a composição da carga horária e dos componentes curriculares do Ensino Médio, o que tem causado uma falta de continuidade no processo formativo, pois estamos sempre iniciando um novo processo. Para a educação, que eu diria é uma pauta de longa duração, ao mesmo tempo é de resultados não tão imediatos, pois nós começamos, mas não avaliamos, não temos o tempo necessário para a avaliação.

Então eu trago, primeiro, essa preocupação. Todos nós sabemos o que foi o Novo Ensino Médio e a forma como ele foi implementado nos Estados, sem que houvesse, de fato, uma construção conjunta com as redes de ensino. Outra preocupação que está muito forte nos educadores é com relação à composição entre o Ensino Médio Regular, a Formação Geral Básica e os Componentes Técnicos. Por quê? Por exemplo, eu visitei uma escola de um Município aqui em Santa Catarina e os professores disseram o seguinte: olha, aqui nós não tivemos a opção de escolha do curso técnico, havia apenas uma única opção, mas os nossos alunos não têm identidade com esse curso, e não foi permitido escolher um perfil de formação técnica. Era aquela e pronto. E, aí, os professores continuaram e disseram o seguinte: além disso, se nós olharmos a ementa do que o curso tem que garantir, no nosso Município, que é pequeno, não há profissionais para atender essas áreas.

Então uma coisa é falarmos de Florianópolis, de Criciúma, de Joinville, que têm Instituto Federal, universidades, Cedups ou Sistema S, com os quais o Estado fala em compartilhar parcerias – parcerias bem amplas, aliás –, mas a maioria dos Municípios catarinenses é pequena, com uma única escola estadual. Aí a pergunta que fica é: como fica nesses Municípios?

Trazendo essas preocupações, eu também quero elencar aqui, já para pautar o debate, algumas questões. A escolha dos Itinerários Formativos e de Aprofundamento, que conforme o informado deveria ser de dois por escola, o que sabemos é que nem todas as escolas estão ofertando dois Itinerários. Nos Municípios com apenas uma escola, como mencionei, qual é o planejamento da Secretaria da Educação para garantir a formação continuada e para que os Itinerários Formativos possam dialogar entre as áreas do conhecimento humano, já que boa parte do planejamento é feito em casa e não na escola, por uma série de questões que aqui não vou trazer porque não é o foco da audiência?

Nós analisamos este documento público (*mostra o documento*) que trata da reorganização curricular para a oferta do Ensino Médio e a partir dele parece-nos que cabem as respostas por parte da Secretaria e também as preocupações que vêm dos estudantes para que o Ensino Médio seja, de fato, parte da Educação Básica, lembrando que estamos tratando de jovens estudantes em formação.

Eu tenho um questionamento muito grande: pelo que eu vi já foi excluídas as aulas *on-line* no ano que passou. Eu sempre fui contra...

Oi?

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Neste ano. No ano que passou eu me refiro a este ano, que está quase terminando. Por que eu sempre fui contra? Porque não estamos falando de adultos formados, mas de estudantes em formação, tanto é que o Ensino Médio é parte da formação básica. E quem viveu a pandemia dos dois anos, durante a qual ficamos só atrás da tela, sabe que nós estamos colhendo os resultados, não é, doutor Marcelo, dos nossos Idebs e da aprendizagem que os alunos não aprenderam. Então como garantir um Ensino Médio com o ensino *on-line*? Não dá! Isso foi agora modificado por aulas complementares e trabalhos complementares. Mas quero ressaltar que o trabalho complementar pode virar também um faz de conta. E aí vai depender muito daquilo que o nosso Paulo Freire fala em um dos capítulos do seu livro “Pedagogia da Autonomia”,



sobre a rigorosidade metódica, que em que haver método para aprender e também para ensinar; se não tem método para ensinar, não há aprendizagem.

Desta forma, declaro aberta esta audiência pública e já passo a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputado Mário Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA – Boa noite, Deputada Luciane Carminatti, digna Presidente da Comissão de Educação e Cultura; Deputado Marquito; autoridades aqui presentes, especialmente da Promotoria; representantes da Secretaria de Estado da Educação; do Sinte; e dos demais órgãos que representam os maiores interessados nesta discussão.

Creio que a Deputada Luciane Carminatti trouxe as principais indagações que, curiosamente, também chegaram ao nosso gabinete. E eu entendo que nada melhor do que uma audiência pública, que abre espaço para o contraditório, para a argumentação, vindo por parte da Secretaria ou dos órgãos cujas proposições se estabeleceram até aqui, para se trabalhar o desenvolvimento do Ensino Médio. E eu confesso que também me sinto bastante à vontade para acompanhar esta audiência pública.

Mais uma vez parabenizo a sua iniciativa de colocar naquela reunião da Comissão de Educação e Cultura a proposição desta audiência pública, que foi aprovada por unanimidade por parte dos nossos Colegas.

Vamos adiante, pois temos muito o que conversar e ouvir. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Vera Regina Zacca*]

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Deputado.

Com a palavra o senhor Deputado Marquito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Obrigado, Deputada Luciane Carminatti, nossa Presidente.

Quero cumprimentar o Deputado Mário Motta; todos e todas que estão aqui presentes e os que estão nos acompanhando *on-line*, por ser um tema de muito interesse; o Sinte; as representações da Secretaria de Estado; as universidades; os representantes dos estudantes; e a Promotoria do Ministério Público Estadual.

Eu me sinto muito contemplado com os pontos de partida que a Deputada Luciane Carminatti colocou, das angústias da vida real e concreta das crianças, dos adolescentes, dos jovens e adultos que estão nesse processo de formação e que sofrem um impacto direto em relação a essas alterações.

Nós estamos aqui enquanto Comissão da Assembleia Legislativa, que tem muita responsabilidade, tocada pela Deputada Luciane Carminatti, mas que também é uma expressão da responsabilidade que temos em acompanhar esse processo de implementação.

Eu quero trazer uma questão central, para além daquelas colocadas pela Deputada Luciane Carminatti, que são as condições materiais e físicas das unidades escolares estaduais – o Deputado Mário Motta também tem uma planilha de acompanhamento das obras, das reformas e da infraestrutura das unidades escolares do Estado – e das condições para a implementação desse currículo, vamos chamar assim, diante de necessidades laboratoriais, espaços físicos, material didático, tempo de preparação de aula dos professores, formação continuada para os professores conseguirem implementar com qualidade e alcançar os objetivos e, principalmente, as instalações físicas.

Esse é um tema que se fôssemos avaliar concretamente a qualidade da rede pública municipal e estadual, hoje teríamos uma série de problemas, obras de reforma que acompanhamos e que estão sendo conduzidas há quase dez anos, obras ou até construções. Temos um problema sobre a infraestrutura de laboratórios, não é? Então, realmente eu me preocupo muito em conseguir entregar esse currículo à altura do exigido: primeiro exige que tenha um processo democrático e participativo e que seja construído com os professores e os estudantes, mas também exige condições físicas para que seja implementado em sua integralidade, caso contrário vai ficar muito a



desejar e será, inclusive, alvo de críticas, porque não vai funcionar na rede pública municipal, mas vai funcionar em outras instituições que tenham suas redes físicas estabelecidas como, por exemplo, o Sistema S – vou colocar assim, comparativamente.

Então acho importante trazer essa questão e que seja um estímulo para que possamos avançar nas condições de infraestrutura e formação continuada na rede pública estadual. E trago essas questões porque são fruto das visitas que eu faço às unidades escolares dessa rede.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Deputado Marquito.

Passamos, agora, a palavra à senhora Jocelete Isaltina da Silveira Santos, gerente de Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado da Educação, por até vinte minutos. E na sequência farão uso da palavra o professor Willian Simões, coordenador do Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina; e em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) nós teremos duas falas, divididas entre o professor Evandro Accadrolli, coordenador estadual do Sinte, e o professor Luiz Carlos Vieira, secretário de Assuntos Educacionais e Culturais do Sinte.

A SRA. JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA SANTOS – Boa noite. Gostaria de cumprimentar a nossa Deputada Luciane Carminatti; o Deputado Mário Motta; o Deputado Marquito; as demais autoridades presentes já nominadas pela Deputada; os meus colegas da Secretaria de Estado da Educação e que estão me acompanhando neste momento.

Gostaria de dizer que o Ensino Médio já é um debate de longos anos; a Secretaria ainda está, como todas as Secretarias de Estado do Brasil, em estudo, passando por constantes mudanças e nessas mudanças nós estamos adequando a organização do nosso currículo do Estado de Santa Catarina.

O nosso currículo foi construído por muitas mãos, num processo democrático envolvendo os professores da rede, envolvendo o Conselho Estadual de Educação e hoje ele está aí posto. E nós estamos planejando um plano de ação para que, novamente, ele seja atualizado, juntamente com os nossos professores da rede que já participaram desse movimento, a fim de que possamos ter, de fato, a nova estrutura organizacional do Ensino Médio de Santa Catarina, da nossa rede estadual de ensino, aprovada, inclusive pelo Conselho Estadual como diz a legislação.

Para iniciar a minha fala, eu trouxe a lei que está trazendo as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dos artigos 35-A ao 35-D e, também, o artigo 36.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Iniciando essa nossa conversa, eu gostaria de levantar os elementos estruturantes que a lei apresenta: mudança na carga horária da Formação Geral Básica, como podemos ver, reorganizando essa carga horária, que hoje é de 3.000 horas – como estava previsto na Lei nº 13.415, distribuídas em 1.000 horas anuais, em 3 anos, nas 1ª, 2ª e 3ª séries –, passando para 2.400 horas distribuídas em 800 horas anuais; Itinerários Formativos, que chamamos de parte flexível do currículo, passam a ser de 600 horas, então redistribuí, praticamente, a carga horária da Formação Geral Básica e dos Itinerários. Esse é o ponto principal que muda a organização, essa arquitetura curricular do Ensino Médio.

Então, qual é a mudança mais profunda que a lei apresenta? É nos Itinerários Formativos, estabelecendo que esses Itinerários serão organizados de forma a assegurar o tratamento interdisciplinar e integrado dos conteúdos de ensino e a fomentar o desenvolvimento de metodologias diversificadas de ensino, sistematizadas em projetos integradores, que contemplem propostas de investigação científica e tecnológica, iniciativas de estudo com propostas de intervenção social, entre outras possibilidades – elenquei estas que estão lá na lei.

E mais ainda, se olharmos ali (*aponta para a imagem*), ela traz uma excepcionalidade para o Ensino Médio noturno e, recentemente, dia 13 de novembro,



nós recebemos as diretrizes curriculares do Ensino Médio. Então, as legislações não estão totalmente prontas para que possamos, de fato, iniciar o nosso movimento de estudo do nosso currículo, porque nós dependemos dessas legislações, dessas diretrizes nacionais.

Vejam só ali (*aponta para a imagem*), o Ensino Médio noturno traz a questão do atendimento com atividades complementares, planejadas pelos professores e realizadas pelos estudantes, em ambientes distintos da escola e em horários e dias alternativos. Esse texto está lá nas diretrizes para o novo Ensino Médio, aprovadas no dia 13 de novembro, recentemente, pelo Conselho Nacional.

Então tem essa possibilidade, dentre outras também, como do Ensino Médio noturno de quatro anos que amplia esse tempo, porque os nossos alunos do Ensino Médio noturno, em grande parte, são estudantes-trabalhadores que já estão aptos para o mundo do trabalho, para programas de aprendizagem, e é um momento em que precisamos dar oportunidade deles permanecerem no Ensino Médio noturno. Por isso se pensa muito em buscar, em nosso currículo, atividades excepcionais e exclusivas para o aluno-trabalhador do noturno. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Fabiano Antonio de Souza*]

Então, diferente do que tinha na legislação anterior, a 13.415, a nova legislação propõe que o Conselho Nacional edite parâmetros nacionais para os Itinerários Formativos de Aprofundamento e o prazo que dá às diretrizes do Ensino Médio é 31 de março de 2025. E nós ainda estamos em um momento de esperar todo o arcabouço legal, todos os dispositivos legais, para que possamos chamar os nossos professores da rede que construíram o nosso currículo para atualizarem. E ainda mais, fala que existe a possibilidade de o Ensino Médio Propedêutico e do Ensino Médio dar o Itinerário de Formação Técnica e Profissional, o que já tinha também na legislação anterior. Ela vem mais forte com essa lei quando traz que um dos princípios formativos do Ensino Médio passa a ser o trabalho.

Então eu trouxe aqui (*aponta para a imagem*), com base na Lei 14.945, de 2024, que saiu agora em julho de 2024, o que nós da Secretaria pensamos para a transição do Ensino Médio hoje, posto na rede o currículo, a organização curricular para a chegada dessa nova organização proposta pelas diretrizes do Ensino Médio, que chegou recentemente no dia 13 de novembro, e aguardando ainda os parâmetros curriculares nacionais para os Itinerários Formativos de Aprofundamento, que agora com a nova legislação passam a ser chamados de Itinerários Formativos de Aprofundamento.

Nós pensamos nessa organização que está posta aí no *slide* (*aponta para a imagem*). A Formação Geral Básica passou de 1.800 horas para 2.400 horas em todas as matrizes. Nós distribuimos, dentro do que a lei coloca, em todos os 12 componentes curriculares de forma equitativa, não beneficiando nem um nem outro.

Os Itinerários Formativos são 600 horas distribuídas em 200 horas anuais, então esses Itinerários tiveram uma redução muito grande de carga horária, portanto eles foram bem organizados pensando somente em componentes curriculares que, estrategicamente, são importantes para o estudante nesse momento da transição para prepará-los inclusive para o Enem, para provas que garantirão o acesso a outros níveis de escolaridade, como o Ensino Superior.

Se vocês observarem nós colocamos aprofundamento, e os Itinerários que nós estamos citando para a matriz de 3.000 hora são: Práticas de Linguagem em Língua Portuguesa, depois eu vou mostrar o desenho dessa matriz; Segunda Língua Estrangeira, porque este é um componente bem diversificado em nosso território, em Santa Catarina temos regiões em que é o espanhol, o alemão, o francês, então nós deixamos presente a língua estrangeira tanto na Formação Geral Básica, que é obrigatória, quanto nos Itinerários; Matemática e suas Aplicações; Aprofundamento em Ciências Biológicas; Geografia Aplicada ao Desenvolvimento Socioeconômico.



Para o Ensino Médio Integral, nós construímos uma matriz de 3.960 horas, que ficou dentro da carga horária de 7 horas/dia para nossos estudantes divididos em 8 períodos de aula. E ele vai ter nos Itinerários: Educação Empreendedora, porque nós pesquisamos muito e atualmente as nossas escolas já a praticam dentro das eletivas, dentro dos aprofundamentos, e trouxemos isso para marcar essa matriz de transição que é a Educação Empreendedora; Educação Digital; Segunda Língua Estrangeira; Estudos e Projetos Culturais; e Educação Financeira e Fiscal. Então são essas atividades que nós pensamos para os Itinerários, são esses componentes.

E o que nós temos hoje em relação a 2025? Nós temos uma matriz, como falou a Deputada, deste ano, que tem parte da carga horária em aulas não presenciais. O estudante do Ensino Médio acompanha o seu irmão e os seus colegas no mesmo transporte escolar, porque as 4 horas do Ensino Fundamental acabam sendo as 4 do Ensino Médio que, pela legislação, não devem ser 4, mas 5, 6 aulas para o Ensino Médio. Então nós precisamos, no ano que vem, articular esse acesso do estudante e a permanência com o transporte escolar no Ensino Médio diferenciado, porque em 2026 o aluno tem que estar presencialmente na unidade escolar, então ele vai ficar 5 horas e não mais 4 horas, porque segundo essa nova Lei 14.945, são 200 dias letivos de 5 horas para fechar as 3.000 horas do currículo do Ensino Médio.

Assim vamos precisar começar com todos os Municípios que têm convênio com a compra do passe escolar, então essa reorganização vai acontecer durante o período de transição dessas matrizes. E como nós sabemos, hoje com as plataformas tem professor *on-line*, agora tem Google Sala de Aula, são tantas as plataformas para o professor dar conta que nós, para 2025, retiramos a obrigatoriedade de o professor utilizar a plataforma e desenvolvemos uma proposta que está na lei e que vem para atender o Ensino Médio noturno, e também estamos colocando para o Ensino Médio diurno no ano de 2025.

Alguns componentes curriculares terão os seus aprofundamentos em atividades que vão acontecer sobre a orientação do professor na sala de aula, mas que o estudante vai desenvolver em ambientes fora da escola, lá no intervalo do horário do trabalho, lá na sua casa - caso ele não trabalhe - ou em ambientes em que ele costuma ficar para desenvolver esse trabalho. Trabalhos que poderão ser pesquisas, leituras ou vários outros tipos de atividades que nós vamos orientar e formar os nossos professores para que possam ter como sugestão de colocar nos seus planos de aula.

Eu trouxe um pedacinho da resolução que chegou agora no dia 16, para vermos como a Secretaria conduziu essa construção da matriz de transição do Ensino Médio, que hoje está vigente pelo currículo posto pela Lei 13.415 para a nova Lei, que é a 14.945. Então diz a resolução do Conselho Nacional de Educação que são princípios específicos que devem orientar a oferta do Ensino Médio, e aí são vários, mas eu citei aqui quatro que eu considereei bem importantes dentro desse processo de atualização do nosso currículo do Ensino Médio: a formação integral e integrada dos estudantes, assegurando a articulação e a integração entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, a interdisciplinaridade e a contextualização – esse é um fator a ser permeado pelo nosso currículo; a integralidade e visão sistêmica da proteção às trajetórias escolares no Ensino Médio como garantia de ações para a permanência, aprendizagem e conclusão do Ensino Médio na idade adequada – então é garantir que o nosso estudante, através de estratégias pedagógicas e a partir da diversidade que nós temos, como foi falado aqui anteriormente, do quilombola, do campo, do indígena, tenha ações específicas para garantir a terminalidade do Ensino Médio dentro da idade adequada, que é dos 15 anos aos 17 anos; outro fator importante que hoje o nosso currículo traz como princípio educativo é a adversidade e agora a nova lei também acrescenta o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico – isso será fortemente trabalhado no nosso currículo. [Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos]



Como último ponto, citamos a indissociabilidade das dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia na formação dos educandos, considerando – e aí vem alguns itens que eu achei bem importante colocar e que devem ser analisados também no currículo do Ensino Médio –: o trabalho, em todas as suas formas de organização e expressão; a ciência como um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história; a tecnologia como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação de conhecimento científico; a cultura como um processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Então, acho que aqui está norteando as atualizações que precisamos fazer. Muitas delas não foram citadas, pois já atendemos no nosso currículo, no entanto, quanto a essa situação específica, teremos que fazer atualizações para contemplar o que diz a nova lei.

Para podermos atualizar o currículo, o que precisamos fazer? Precisamos alinhar com a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) e contamos com documentos dos anos de 1991, 1998, 2005, 2014 e, recentemente, com o nosso Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Portanto precisamos atualizá-lo para atender todas as diretrizes que vêm sendo permeadas pelo Conselho Nacional de Educação, tanto na parte da Formação Geral Básica quanto nos parâmetros nacionais para os Itinerários de Aprofundamento de área que ainda não estão postos, não foram publicados e, por isso, ainda não conseguimos saber.

Para conhecimento de todos, eu trouxe a informação de que o Conselho emitiu uma Nota Técnica, na qual diz que nós poderíamos, a partir de 2025, apresentar esse plano de ação com todas as dimensões propostas na Portaria 958, do MEC, que define esse plano de ação, quais dimensões devem estar presentes, como formação de professores e os indicadores educacionais que precisamos elencar para, a partir daí, atualizar o nosso currículo e estar apresentando um novo desenho das matrizes curriculares.

(A senhora Presidente, Deputada Luciane Carminatti, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Até dezembro, porque em 2026, pela Lei 14.000 (*sic*), será obrigatório iniciar o Ensino Médio dentro da nova legislação.

Então, o que pensamos de atividades complementares para a nossa matriz curricular? Como mencionei anteriormente, será necessário reorganizar o transporte escolar para atender 5 horas o nosso aluno do Ensino Médio diurno. Essas atividades são planejadas pelos professores e aí eu coloquei ali (*aponta ara a imagem*) quais são os componentes curriculares: uma aula de Artes nas 1ª e nas 3ª séries; uma aula de Língua Inglesa na 2ª série; nos Itinerários todos serão ofertados, com exceção do de língua estrangeira, que será ofertada na escola; e 20% da carga horária dos cursos técnicos se a escola optar pelo Itinerário de Formação Técnica e Profissional em vez dos Itinerários de Aprofundamento de Área.

Aqui está (*aponta para a imagem*) uma inovação que incluímos no nosso currículo, mas eu gostaria de dizer aos senhores que isso já acontece na rede. Hoje as nossas escolas desenvolvem projetos integradores nos seus ambientes escolares, mas esses projetos não estão dentro do currículo do aluno, eles acontecem como uma atividade, inclusive em muitas escolas com as quais conversamos, é parâmetros de desempenho escolar e de frequência. Os professores se reúnem para organizar feiras, saraus, tem o Dia da Família na Escola, a Festa Junina, a Festa do Folclore, a Semana da Consciência Negra, a Feira das Profissões, o Desfile Cívico, entre outras ações – não vou me alongar muito, pois o tempo é curto.

Acredito que os professores reconhecem que nas escolas já acontecem muitas dessas atividades, mas elas não eram registradas no currículo do estudante. Agora vamos passar a registrar esse projeto, que é uma atividade interdisciplinar e integradora



e deve constar no currículo, pois ele traz o protagonismo dos nossos estudantes e dos nossos professores em trabalhos que começam na sala de aula e, a partir dali, projetos são desenvolvidos e que se tornam muito importantes para aquela comunidade, com produtos de conhecimento e de grande qualidade, como a Feira de Ciências e Tecnologia – quem já foi, viu as apresentações e percebeu quantos projetos maravilhosos são desenvolvidos, e tudo começa na sala de aula, na feira da escola, na feira regional e na feira estadual.

Então precisamos qualificar mais e tornar o currículo do nosso estudante mais enriquecedor, citando que ele participou daquela feira e quais os trabalhos que foram desenvolvidos pela escola através do projeto.

Aqui eu mostro as matrizes (*aponta para a imagem*) e se vocês observarem, a Matriz do Ensino Médio Propedêutico apresentada refere-se a 3.000 horas; o que está em azul representa todas as distribuições dos doze componentes curriculares da Formação Geral Básica; o que está em rosa indica onde haverá aulas ou atividades complementares; nos aprofundamentos também, tudo o que está em rosa são atividades complementares; e o que está em verde...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Já deu o seu tempo e vou pedir para acelerar essa parte para termos a ideia... Concedo mais dois minutos.

A SRA. JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA SANTOS – Sim.

(*Continua utilizando imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

O próximo *slide* mostra a matriz do Ensino Médio Integral, de 3.960 horas, e aí está como vai ser a carga horária da Formação Geral Básica, que está posta ali com 1.120 horas, e depois tem a parte dos Itinerários, somando 1.600 horas/ano.

O próximo é uma matriz curricular do Ensino Médio Técnico, que se refere à oferta de Ensino Médio Integrado ao nosso currículo, então é um Ensino Médio integrado à Educação Profissional. E aqui (*aponta para a imagem*) estão os cursos que citamos, onde todas as escolas de Ensino Médio terão a oportunidade de realizar a escuta nas suas comunidades para identificar quais desses cursos estão mais próximos desse mundo do trabalho, da comunidade. Esse é para um curso de 800 horas, mas também teremos o curso de 1.200 horas, em que teremos o curso de Administração, de Contabilidade, de Logística, de Marketing, de Comércio Exterior e de Qualidade, dentre outros.

Ensino Médio com parcerias. Nas escolas para as quais não se consegue, como já foi mencionado pela Deputada, professores para lecionar cursos técnicos, porque muitas das nossas escolas não possuem espaço físico, não têm laboratórios adequados, estaremos buscando parcerias com instituições que já ofertam educação profissional aqui em Santa Catarina. Nós estamos fazendo o credenciamento dessas instituições, o edital ainda não abriu, mas esperamos que isso ocorra nos próximos dias. Todas as nossas escolas, porque temos pelo menos uma escola de Ensino Médio em cada Município, se se formarem turmas de estudantes, pois não será para um, nem para dois alunos, mas, sim, para turmas, eles poderão utilizar as matrizes de parcerias na escola: o estudante faz a Formação Geral Básica na escola e o Itinerário de Formação Técnica e Profissional será oferecido por um parceiro.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Então é a Propedêutica, a Integral, o Ensino Médio com Formação Técnica e Ensino Médio com Parcerias.

A SRA. JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA SANTOS – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – São quatro?

A SRA. JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA SANTOS – São três matrizes: Ensino Médio Propedêutico Regular, Ensino Médio Propedêutico Integral e Ensino Médio Técnico. A de Ensino Médio Técnico pode acontecer na escola, dentro daqueles cursos apresentados, integrada ao Ensino Médio, então é uma matriz única na qual o estudante faz a Formação Geral Básica na escola e um curso técnico, com as opções



de dez cursos técnicos na área de Gestão e Negócios e Tecnologias. E tem a matriz de parceria, na qual o estudante faz a Formação Geral Básica na escola e no parceiro ele faz o Itinerário de Formação Técnica e Profissional.

O Itinerário pode acontecer na modalidade concomitante ao Ensino Médio ou ele faz na modalidade contraturno escolar. O aluno vai fazer todo o Ensino Médio na escola – daí é o Ensino Médio de 3.000 horas, que é o Propedêutico com Formação Geral Básica e Itinerários de Aprofundamento – e no contraturno ele vai no parceiro e faz um curso técnico para poder complementar a sua carga horária, a sua formação no Ensino Médio.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Vou ter que encerrar a sua participação, porque o seu tempo já excedeu bastante. Desculpe. [*Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce Maria da Costa Farias*]

A SRA. JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA SANTOS – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – É que eu tenho certeza que questões serão levantadas, virão perguntas aqui.

Obrigada, Joicelete.

Agora eu vou passar a palavra ao coordenador do Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (Oemesc), professor Willian Simões.

O SR. WILLIAN SIMÕES – Boa noite a todas e a todos.

Eu quero cumprimentar a Deputada Luciane, que preside esta audiência, o Deputado Mário Motta e o Deputado Marquito. É um prazer estar aqui com vocês e poder compartilhar algumas reflexões e problematizações que levantamos no âmbito da pesquisa.

O Observatório do Ensino Médio é uma entidade interinstitucional, envolve vários pesquisadores das universidades públicas, dos Institutos Federais e das universidades comunitárias, e temos nos debruçado, já antes da reforma, a pensar, a refletir e a debater o Ensino Médio catarinense. E agora, com a reforma, mais do que nunca ficamos bastante atentos a tudo o que acontece em escala nacional e também aqui, em particular, com mais profundidade no Estado de Santa Catarina.

Cumprimento todas as autoridades aqui nominadas, os colegas que estão presencialmente e todos que nos acompanham nas redes sociais e pela TV Alesc.

Eu trarei aqui alguns pontos, já considerando que olhamos o mesmo documento, Luciane, o qual foi publicizado para nós. Então as ponderações que trarei aqui, no tempo que eu tenho de dez minutos, representam uma análise, considerando a nossa experiência e aquilo que vimos acumulando da reforma, sobre o que já conseguimos observar e fazendo um pouco o papel da pesquisa, que é anteceder aquilo que pode acontecer. Não é fatalizar o futuro, mas é antever, porque essa é a capacidade que a pesquisa e a ciência nos possibilitam.

Por isso vimos aqui com muito orgulho trazendo resultados de pesquisas – e depois eu vou deixar duas cópias, já fazendo propaganda do nosso livro, que saiu sobre o Novo Ensino Médio, com uma análise dos Itinerários Formativos, daquilo que nós estamos chamando de primeira versão da reforma, na qual nos debruçamos a partir também do financiamento do edital Fapesc e de vários intelectuais para organizar uma obra. Vou deixar duas cópias para vocês depois.

Feitas essas considerações iniciais, eu vou seguir um roteiro para me manter no tempo, porque não preparei uma apresentação, até porque professor, quando começa a falar, vocês já sabem, né (ri)?

Eu tenho 24 anos de Magistério, porque professor começa novo, nos anos 2000, 2001 eu já estava em sala de aula, e foram 12 anos na Educação Básica e agora fiz 12 anos na Universidade Federal da Fronteira Sul. Então fico muito grato por poder fazer um debate aqui, uma reflexão, a partir do contexto catarinense, mas olhando para o compromisso que temos que ter com a escola pública.



Passei a minha vida inteira na escola pública e sei o quanto ela foi importante para que eu pudesse estar aqui hoje, como professor-doutor, fazendo este debate.

O primeiro ponto que vou levantar, e que temos defendido muito no âmbito das pesquisas, é que um processo de reforma educacional não pode ser compreendido como uma abertura para promover bruscas mudanças no sistema educacional sem levar em consideração a profundidade dos impactos que pode causar, e são vários e em várias escalas. Os impactos começam na escala dos textos, na reformulação das políticas, seja em escala federal e depois se desdobra nos Estados, nos Municípios, saindo da escala dos textos e indo para a escala das práticas, criando toda uma expectativa na escola. E nós vivenciamos isso quando somos atuantes na Educação Básica, pois ela mexe com a trama da escola, saindo também do contexto da prática do professor, da professora que está atuando e mergulha no processo de ensino-aprendizagem que envolve o estudante.

É muito sério o que nós estamos falando aqui, pois tem impactos no trabalho docente, no apoio pedagógico e na formação da juventude. Por isso que quando falamos em reforma educacional, nós temos que falar em diálogo com a sociedade, em diálogo com as experiências que estão em andamento, com os saberes e os fazeres que são acumulados ao longo de um tempo, com as pesquisas e com as práticas, porque nós estamos tratando da função social da escola na contemporaneidade. O que nós estamos dizendo é que esse é o papel da escola.

Nós estamos falando da escolarização, que é o que acontece na escola, e ao falar da escolarização ou falar do que acontece lá, nós estamos falando das pessoas, nós estamos falando dos sonhos que as pessoas depositam na escola e das utopias que os estudantes colocam na escola pública.

Se você perguntar por que você vai para a escola, eu não tenho dúvida de que uma das respostas vai ser porque acredita que a escola pode melhorar as condições de vida. A maioria vai dizer que a primeira coisa é essa, apesar de que o projeto de desenvolvimento muitas vezes nem exige que o aluno tenha um alto grau de intelectualidade. A maioria das atividades econômicas que está empregando jovens hoje no Brasil termina com “ão”, um atacadão, não precisando nem do Ensino Médio, apesar de exigir de vez em quando. Então nós estamos falando de desenvolvimento humano no presente para o futuro de Santa Catarina, do Brasil e do Planeta.

Quando falamos em Santa Catarina, é importante também considerar que a grande maioria dos nossos estudantes de nível médio está na escola pública. Nós estamos falando de um universo, Deputada Luciane, de pelo menos 950 escolas, um pouco mais, um pouco menos. Olhando para os dados do Censo, vê-se que tem uma variação entre o Educação na Palma da Mão... hoje estão oferecendo diferentes modalidades de Ensino Médio aqui no Estado. Cerca de 225 mil estudantes estão espalhados em mais de 11 mil turmas e a iniciativa privada hoje, em Santa Catarina, pelos dados do Censo de 2023, mostra que tem 223 escolas privadas ofertando Ensino Médio com 35 mil matrículas, um pouco mais de 10%, com a maioria se concentrando no espaço público.

E o que observamos? Que desde a publicação da Medida Provisória 746, em 2016 – e eu publiquei uma nota técnica naquele momento, porque havia muita especulação –, nós nos debruçamos no nosso grupo de pesquisa, olhamos e exercitamos a hermenêutica, que é olhar e tentar enxergar o que a legislação naquele momento estava trazendo para nós, o que era esse Novo Ensino Médio. E desde a publicação, o que percebemos? Eu estou em uma pesquisa nacional agora sobre os impactos na Geografia, porque eu sou da Geografia, eu sou geógrafo de formação e trabalho nos cursos de licenciatura, na Pedagogia e na formação de professores. Mas o que vemos? Um conjunto de experimentações.

O que tivemos em Santa Catarina de lá para cá, desde 2016? Tivemos o fim do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que já exercitava em mais de cem escolas um relatório já elaborado, analisado e aprovado no âmbito do Tribunal de Contas aqui



do Estado – se não me engano o Conselheiro era o Natalino, que foi Secretário e elaborou o parecer. Ali foi onde eu encontrei mais elementos de análise de avaliação do ProEMI, mas ele acabou e eu não encontrei nenhum relatório consistente vindo com outra avaliação que não fosse a partir dessa do próprio Tribunal de Contas. Nós acabamos um programa sem uma avaliação mais alargada, institucional e publicizado do que foram os dez anos de experiência. As turmas foram finalizadas e depois foram sendo implementadas, e em algumas delas o Ensino Médio de Tempo Integral (Emiti), já em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Isso aconteceu em 2018, no contexto da reforma.

Então vem a reforma, em 2016 vai entrando o Emiti e muitas daquelas [escolas] que não foram para o Emiti acabaram sendo priorizadas como escolas-piloto do que nós estamos chamando agora de primeira versão da reforma, e foram 120 escolas em 2019.

Então, o que observamos? Que o acúmulo das experiências do ProEMI e do Emiti ajudaram muitas escolas a desenvolver experiências significativas como escola-piloto na primeira versão da reforma. E muito do que se desenvolveu da primeira versão vinha dos acúmulos dessas escolas, que já estavam no Ensino Médio Inovador e outras que também experienciaram o Emiti. Elas tinham um tempo-espaco de planejamento, passaram a ter um currículo base aprovado no âmbito do Conselho Estadual de Educação, que mesmo diante das inúmeras críticas... E eu me coloco nessa condição, porque como pesquisador esse é o nosso papel, o de ler, estudar, refletir, encontrar os pontos e estabelecer a crítica, sempre numa perspectiva construtiva para olharmos para a política e vermos por onde podemos andar para frente em relação ao que nós tínhamos.

Então eles tinham um alinhamento da BNCC...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Tempo.

O SR. WILLIAN SIMÕES – Quanto tempo eu tenho, cinco minutos? Já deu dez.

Nós tínhamos um alinhamento com a BNCC, na Pedagogia das Competências, tínhamos Projeto de Vida como componente curricular, tinha Ênfase em Metodologias Ativas, e tudo isso recebeu crítica, mas se tratava de um texto elaborado coletivamente com a presença de professores da Educação Básica e do Ensino Superior na elaboração, tinha fundamento pedagógico, foram elaborados e publicados vários cadernos de orientação, e a pergunta é: onde foram parar todos esses cadernos?

Havia um componente curricular Projeto de Vida com um caderno de roteiro, e havia muitas críticas sobre isso, mas, por outro lado, quando você vai para a escola nós vivenciamos experiências em andamento que enxergávamos que Projeto de Vida passou a instigar e muitos estudantes passaram a dizer: Projeto de Vida é possível, é bom, aproxima com a realidade da juventude. E esse foi o modelo que se universalizou nas escolas públicas em 2022. Mas quando universalizou já não havia mais a garantia do planejamento integrado e já havia algumas restrições da formação continuada. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura: Vera Regina Zacca]

Aí na passagem do ano de 2023 para 2024 vimos outro formato apresentado pela SED. O estudante que entrou na matriz em 2022, no 1º ano, já não conseguiu fechar no último ano o Ensino Médio com a matriz que tinha. E acabou a oferta das trilhas de aprofundamento e acabou a oferta das eletivas, mas o que ficou? Que análise foi feita? Quais mudanças? Há critérios para essa mudança?

Agora de 2024 para 2025 sai um conjunto de novas matrizes, que foram apresentadas aqui. Projeto de Vida sumiu da matriz, as trilhas de aprofundamento, os componentes eletivos, a suposta escolha dos Itinerários já foi por água abaixo, e o que aparece como aprofundamento entrará como carga horária complementar. Eu até perguntei aqui, mas acho que a dúvida já foi tirada, se ela vai ser ofertada por plataforma digital, e daí também já seria o anúncio de mais uma tragédia nesse caso – eu, pelo menos, não encontrei.



Mas vejam, a flexibilização estaria nas atividades integradas. E é importante observar que 200 horas anuais – 160 horas de atividades complementares e mais 40 horas de atividades integradoras – serão desenvolvidas em tarefas não presenciais. Isso significa que, por ano, o estudante terá 200 horas de atividades realizadas fora da escola. E tinham, na primeira matriz, dentro da escola, com mediação pedagógica efetiva e tudo mais.

Então vejam: um professor será contratado pela carga horária dos componentes da Formação Geral Básica, mais os componentes de aprofundamento. Eu, como professor de Geografia, vou receber pelas 2 horas de Geografia mais 2 horas de complementação. Mas nessas 2 horas em que ele vai estar na escola, o estudante não terá a presença do professor na mediação pedagógica, porque ele vai fazer atividades não escolares ou não dentro da escola.

Portanto, nós temos que ver a escola pública e a escolarização da juventude de forma bastante profunda. Como se dará essa formação fora da escola, sem uma mediação efetiva – e nós sabemos que estamos trabalhando com adolescente jovem?

Já finalizando a minha manifestação, nós temos aqui matrizes que não fecham as 2.100 horas. Eu não sei se vai haver revisão desse formato, mas elas não estão fechando nem as 2.000 horas – 2.100 no mínimo para quando houver Itinerário Formativo, mas nós temos matriz de 1.816 horas.

Na relação dos Itinerários Formativos, já foram definidos os componentes de aprofundamento. Então, por exemplo, para a área de Ciências Humanas, que é a minha área, o Itinerário Formativo é Geografia Aplicada ao Desenvolvimento Socioeconômico, então disciplinarizou, quando a própria legislação diz que deveria ser na área do conhecimento de forma interdisciplinar. Se a abordagem da legislação é essa, eu fico perguntando: quem decidiu? Depois, os próprios *slides* que foram publicizados respondem, ou seja, entendeu-se que na falta de professores para atuar em determinados componentes curriculares, foca em um – pelo menos é o que está dito em uma resposta de *chat*.

O Itinerário de Aprofundamento, em uma das áreas do conhecimento, como está proposto ali, no nosso ponto de vista não está em consonância com a Resolução 02, do CNE, que diz que o Itinerário Formativo está dentro dos percursos educacionais estruturados, de livre escolha dos estudantes, e que permite aos educandos o aprofundamento de suas aprendizagens. Esse é o entendimento. Mas a matriz encaminhada retira essa possibilidade de escolha e induz a uma disciplinarização.

O Projeto de Vida, que é outro aspecto, também está na Resolução 02 e diz que ele é estratégia curricular, podendo assumir a disciplina, mas tem que ser curricular e pode ser transversal, é o que diz a legislação. E precisa ser colocada no início da trajetória formativa de um jeito para depois mudar a sua abordagem ao longo da formação. É isso o que diz a Resolução 02 aprovada.

Então fica a preocupação, porque nós estamos agora com o Ideb. E nas nossas análises, Luciane, tem, sim, o atravessamento da pandemia, que de fato afetou os processos de ensinar e aprender na escola, mas nós já estamos tentando superar isso. Eu trabalho com implantação de matriz curricular de escola de tempo integral nesses últimos cinco anos, seis anos de escola do campo, e nós também enfrentamos isso.

Então, o que explica ainda estarmos na 16ª posição, com uma meta que era de 5,6 e chegou a 4,2? E quando só considera as públicas, fica com 3,8, quando a meta era 5,6.

Portanto, ficam algumas perguntas. Onde fica, nessa nova matriz, a aproximação da formação de nível médio aos interesses da juventude? Já está definida a matriz. E a flexibilização curricular, que foi tão literalmente vendida por aqueles que propuseram a reforma do Ensino Médio, os Itinerários Formativos e as atividades integradoras darão conta de tornar esse Ensino Médio mais dinâmico? Estou perguntando, porque pelo que foi apresentado em documento não dá para entendermos ainda o que vai acontecer daqui para frente, já que o documento só anuncia. Nós



teremos uma dinâmica curricular que, de fato, vai superar aquela versão enciclopédica e enfadonha de Ensino Médio tão criticada?

No passo para a organização do trabalho pedagógico, do trabalho interdisciplinar em áreas do conhecimento, como fica o mínimo de carga horária de planejamento integrado? Teremos? E o material de apoio pedagógico que vai sustentar? Como ficaram os laboratórios *makers*, as lousas digitais, os laboratórios das áreas do conhecimento que já foram para a escola e outros que foram prometidos e não chegaram? Eles vão chegar? Qual será a orientação para isso? E como ficam as outras modalidades da Educação Básica, como Campo, Indígena, Quilombola e EJA? Isso ainda não está claro também. O que tivemos acesso da nova matriz não apresenta ainda nenhuma informação em relação a isso.

Eu fecho a minha fala dizendo que quando nós olhamos para o Ensino Médio, nós temos que olhar com bastante carinho e cuidado.

Eu agradeço pela oportunidade e digo que essas são algumas considerações, mas podem vir outras depois, e fico também à disposição para dialogar.

Eu agradeço à Deputada Luciane e a esta Comissão, e deixo aqui duas cópias das obras que nós avaliamos e analisamos sobre os Itinerários Formativos. Fico à disposição para dialogarmos, e a ciência é sempre um espaço do debate, isso que é importante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Muito obrigada.

Como é bom nós termos pesquisadores que saem do universo da prática e já teorizam sobre os resultados de políticas públicas, que poderiam ter um resultado diferente, já com a nossa aprendizagem, e com o que nós podemos desenhar pela frente. Acho que as tuas indagações aqui fecham muito.

Eu quero registrar a presença de algumas pessoas que estão *on-line*: a Vereadora de Concórdia, Professora Ingrid; a professora Alvetete Bedin, que é conselheira estadual; o professor Derlan Trombetta, que representa também a Ufes e Anfope; e a professora Solange Alves, da Federal.

O Juliano está dizendo, aqui no *chat*, que o Itinerário Formativo de Aprofundamento precisa ser presencial; o Fábio diz que o aluno não faz atividade na sala de aula, muito menos fará no intervalo do trabalho dele; a Cássia diz que, novamente, vê uma alteração sem o debate com os trabalhadores em educação – acho que é a fala que o professor William traz aqui e nós não podemos permitir que isso aconteça, porque já erramos no passado ao não ouvir também quem faz educação.

Continuando, o Juliano reforça a Resolução 02, do Conselho, que foi citada; a Viviane diz que se o Itinerário Formativo foi pensado de forma a ajudar o aluno no Enem, por que diminuir o Espanhol; a Ana Caroline pergunta como preparar para o Enem alunos que optam pelo Espanhol com apenas uma aula por semana; o Daniel diz que o formato *on-line* já se mostrou ineficaz, tanto que os estudantes não realizavam as atividades e recebiam falta, forçando o governo a solicitar a retirada dessas faltas do 2º e 3º trimestres. É a polêmica das faltas, não é, doutor Marcelo (*dirige-se ao Promotor Marcelo Brito de Araújo*), e depois a da nota.

Continuando, a Ana Caroline pergunta se no trabalho da segunda língua não haverá continuação; o Daniel diz que as escolas estão sendo obrigadas a aceitar o Ensino Técnico pelas CREs, principalmente onde existem gestores indicados, e não há opção nem consulta aos interessados para a implementação – eu visitei uma escola que não teve opção de escolha, e eu posso dar o nome depois, mas isso não pode acontecer, pois está indo contra. A Ingrid diz que o curso do Magistério precisa ser pensado para continuar, pois ele é fundamental para a formação de auxiliares de creches, de agentes de apoio educacional, de secretários escolares, em horário que realmente seja compatível; a Dandy fala que querem, a qualquer custo, terceirizar a educação, e diz que dinheiro público é para escola pública de qualidade; e, por último, o



professor Fabrício, que coordena o Fórum Estadual de Educação, afirma que em nenhum momento os Cedups do Estado foram consultados para auxiliar com essas matrizes escolares que agora estão colocando para a realidade em 2025.

Depois voltamos a essas questões levantadas no *chat*.

Com a palavra o senhor professor Evandro Accadrolli, coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC). [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

O SR. EVANDRO ACCADROLLI – Boa noite a todos e a todas.

Quero saudar a Presidente da Comissão de Educação, Deputada Luciane Carminatti; o Vice-Presidente, Deputado Mário Motta; o Deputado Marquito; o doutor Marcelo, representante do Ministério Público; o nosso parceiro Willian Simões; a Filomena, que tem nos auxiliado muito, a partir da pesquisa, no aprofundamento entre a realidade da educação e a pesquisa e com apontamentos sobre os rumos da educação no Estado de Santa Catarina, é uma importante parceria; o Vieira; os representantes da Secretaria da Educação; e os nossos colegas.

Quero dizer que nós temos essa avaliação trazida pelo Willian e pelas contribuições via redes sociais, mas além desse debate, temos também uma questão importante para aprofundar, que é o acesso e a permanência dos nossos estudantes na escola. Eu falo isso porque hoje encontramos uma dificuldade muito grande para que os alunos tenham a oportunidade de acesso à escola pública mais próxima. O governo vem atentando contra a escola pública com uma política de enxugamento e economia no investimento da educação, fechando escolas e atingindo escolas importantes de formação do campo – estão aí as casas familiares, rurais, que estão sofrendo esse impacto.

Nós temos a proibição de fazer a matrícula do ensino noturno do 1º ano e teremos como consequência o fechamento do 2º ano, do 3º ano e assim sucessivamente. Estamos sendo impedidos de acessar a educação, porque grande parte desses estudantes são trabalhadores, por isso optaram pelo ensino noturno. E estamos fazendo um esforço muito grande, inclusive pedindo ajuda ao Ministério Público, para que barre essa política de impedir as matrículas de acesso aos estudantes em muitas escolas.

Se observarmos a rede estadual na última década, vamos encontrar uma redução de aproximadamente trezentas unidades escolares, pois que foram municipalizadas ou fechadas. E é importante dizer que o acesso ao Ensino Médio, a oportunidade de acessar os cursos também tem que ser uma preocupação. Um aluno que, após o trabalho, tem que se deslocar até uma escola nucleada, em um único Município, a uma distância de 3 quilômetros, 4 quilômetros, 5 quilômetros, sem acesso ao transporte, tem uma dificuldade muito grande e vai abandonar a oportunidade de educação. Então nesse debate, Willian, nós precisamos incluir: os nossos alunos do Estado de Santa Catarina estão tendo oportunidade?

E o segundo assunto que foi abordado aqui – depois eu quero passar para o Vieira, que tem um estudo bastante aprofundado, e é nosso representante também na CNTE –, é um importante debate em nível nacional sobre o estudo do Ensino Médio. Sobre essa segunda questão eu quero perguntar para a Secretaria da Educação com quais trabalhadores eles construíram esse processo e qual a metodologia [utilizada para] construir essas mudanças. De que forma vocês estão oportunizando aos trabalhadores fazerem parte desse processo de transformação?

Eu quero reconhecer – acho que nós temos que reconhecer – que da reforma anterior para esse novo formato foi oportunizada uma carga horária maior para a Formação Geral Básica, e isso nós consideramos importante. Não existe educação de qualidade sem professores qualificados, com tempo para a formação e planejamento coletivo. Essa estrutura do Ensino Médio exige planejamento coletivo para a implementação de uma política educacional que garanta qualidade. E o Willian mostrou aqui que isso estava previsto nos modelos pilotos: a formação e também o



planejamento coletivo. Isso foi, sem dúvida, um grande prejuízo que o Ensino Médio teve na qualificação, porque se faz educação de forma coletiva e a não oportunidade de participação dos trabalhadores e dos alunos na escolha da oferta é um grande problema hoje, que a Deputada trouxe aqui com grande propriedade.

Sobre essa questão, a Secretaria tem que rever a postura de implementação das políticas educacionais no Estado de Santa Catarina. Sem oportunizar a participação dos alunos, da comunidade escolar, dos trabalhadores e também deixando a opção de escolha para esse processo educacional, não vamos avançar como nós gostaríamos.

E, por fim, quero agradecer por este momento, que é crucial e fundamental para a educação catarinense, porque nós estamos entregando um resultado de péssima qualidade e é dever do Estado implementar políticas que garantam o avanço e não uma redução na qualidade da educação. Isso nós estamos apontando na estrutura, na formação, na qualificação, na valorização e também agora, na forma de fazer o Ensino Médio.

Então, fica o registro da necessidade de pensarmos junto essas políticas educacionais em Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Evandro.

Com a palavra o professor Luiz Carlos Vieira, secretário de Assuntos Educacionais e Culturais do Sinte/SC.

O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA – Quero saudar a Deputada Luciane, o Deputado Marquito, o Deputado Mário Motta, os trabalhadores da educação, os colegas que estão aqui no debate da Secretaria da Educação, o doutor Marcelo, que está aqui presente, e todos que nos acompanham.

(O Deputado Mário Motta manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Obrigado, Deputado Mário Motta.

Muitas questões já foram abordadas aqui, inclusive eu tinha um roteiro para a minha fala, mas gostaria de aprofundar algumas questões importantes, na verdade fazer algumas afirmações e alguns questionamentos.

Nós estudamos um pouco a questão da reorganização curricular, inclusive já tivemos um pequeno diálogo com a Secretaria da Educação sobre isso, para a oferta a partir da Lei nº 14.945, mas a discussão é mais profunda, porque a questão da matriz curricular não nasce do nada. Ela nasce de um contexto histórico que nós temos que levar em consideração e aprofundar, não apenas com a pesquisa acadêmica, que o Willian trouxe de forma brilhante, mas também precisamos buscar, na realidade, o que isso significa para a comunidade escolar.

Então, nesse sentido – o Evandro já colocou aqui – quero reafirmar que não foi dialogado, foi imposto mesmo e é preciso diálogo. Nós sabemos que tivemos e temos dificuldades em toda a questão da reforma do Ensino Médio, nós temos acompanhado, a professora Filomena, que está presente de forma virtual, também acompanhou muito, e o professor Willian e os demais trabalhadores e professores que aqui nos acompanham. Sabemos que o eixo central dessa discussão, Marquito, é a privatização, tanto que traz aqui a questão do ensino profissionalizante e coloca o dinheiro público nas parcerias para 800 horas, 1.000 horas e 1.200 horas. Inclusive os editais estão aí, conforme já foi colocado aqui pela representante da Secretaria da Educação, ou seja, o Estado transfere para o privado a responsabilidade da educação formal. É isso o que está colocado.

Essa reforma se baseia no mercado, ou seja, aquilo que o Governador falou na sua campanha eleitoral é o que está sendo colocado aqui, Mário Motta. O que ele prometeu entregar para o empresariado catarinense é aquilo que ele vem fazendo, e vem colocando dentro da Secretaria da Educação a partir da implementação desse debate, que não é um debate apenas de Santa Catarina, é um debate nacional. Porém, com as reformas que foram feitas a partir do governo Temer, nós sabemos que ficou muito aquém. E as críticas que o mercado trazia sobre o Ensino Médio e os vários



movimentos da educação no Brasil eram no sentido de entregar os anos finais da Educação Básica para o mercado, para a mão de obra barata, para trabalhar – é aquilo que o Willian trouxe aqui, os “ãos” da vida.

Então nós estamos nessa situação e queremos rever. E a nossa luta, enquanto trabalhadores e trabalhadoras da educação, é para rever esse conceito e trazer para a população, para a sociedade, para aqueles que buscam uma sociedade justa, igualitária e de qualidade para todos, para todas e para “*todes*” a responsabilidade da educação como emancipação e autonomia do cidadão. Essa é a concepção que nós precisamos ter do novo Ensino Médio, que não temos e que não foi apresentada, ao menos, professora Filomena, nessa reorganização curricular para Santa Catarina não foi apresentada a concepção de Ensino Médio que se quer para o Estado. Então nós precisamos debater a questão, porque é isso o que está de fundo e os professores precisam participar do debate. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Rafael José de Souza*]

Nós temos essa questão curricular, voltando aqui ao Ensino Profissionalizante, que traz o Catec – que está anunciado pelo governo –, que traz 40 horas, conforme o professor Willian citou aqui, que são as ações integradoras. Serão 160 horas, no final darão 200 horas, que estão dentro do currículo, mas essas 160 horas são interdisciplinares, o trabalhador não vai receber por elas, estarão dentro da grade da matriz curricular, porém o trabalhador não receberá. E nas atividades complementares nós temos a pesquisa – a professora Filomena acompanhou as nossas pesquisas – e temos uma pergunta na nossa pesquisa sobre o que os professores entendem e pensam sobre essa questão das aulas *on-line*. Com a experiência, obviamente, da pandemia, da qual nós sabemos o resultado, a maioria das respostas dos professores diz que as aulas *on-line* não resolveram o problema da educação; eles dizem que é uma falácia, uma mentira, uma enganação.

Portanto, nós sabemos que ainda temos muita coisa de legislação para podermos reorganizar a matriz curricular e precisamos cumprir essa parte, essa tarefa, mas penso, Deputada Luciane – e também chamo aqui a atenção de outras instituições que devem acompanhar, como o Tribunal de Contas, o Conselho Estadual de Educação, o próprio Fórum Estadual de Educação e as universidades que pesquisam a educação –, que nós precisamos, William, trazer aqui uma discussão sobre como acompanhar isso. Nós precisamos tirar desta audiência pública, Luciane, o como acompanhar isso - eu acho que vou trazer isso, William, para nós também discutirmos um pouco esse tema e com a Filomena também. Como nós vamos acompanhar esse processo, os trabalhadores, no coletivo mesmo, para não só trazer as coisas prontas, mas ajudar a construir, porque a responsabilidade da educação não é só da Secretaria da Educação, é de toda a sociedade catarinense.

Agradeço o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada.

Eu já registrei aqui uma sugestão de encaminhamento.

Quero registrar a presença do Reginaldo, que é presidente da Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva.

Voltando às falas *on-line*: a professora Solange Alves pergunta o que se compreende por trabalho como princípio educativo; a Vera lamenta a forma como a educação está sendo tratada pelo Estado, onde temos grandes polos de pesquisas nas universidades e nas indústrias, e que mudanças no Ensino Médio deveriam ser discutidas no coletivo; outro comentário aqui fala que as medidas da SED para melhorar o Ideb são antidemocráticas e efêmeras, com fechamento de escolas, matriz sem participação da comunidade, média global e indicação para gestão.

Agora vamos às falas de quem se inscreveu, pois temos ainda duas inscrições.

Passo a palavra para a professora Filomena Lúcia Gossler Rodrigues da Silva, representando a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), por até dois minutos.



A SRA. FILOMENA LÚCIA GOSSLER RODRIGUES DA SILVA - Boa noite, Deputada Luciane Carminatti, em seu nome cumprimento os demais Deputados, os representantes da SED, do Observatório do Ensino Médio, do Sinte e os demais presentes, assim como os que assistem virtualmente a esta audiência pública.

Eu sou professora no Instituto Federal Catarinense, estudo o campo das políticas educacionais do Ensino Médio, a educação profissional técnica de nível médio e a formação de professores.

Neste momento eu falo de São Leopoldo, onde está acontecendo a XV Reunião Regional ANPEd Sul, evento no qual um dos principais pontos de discussão nas salas de debate é justamente a reforma do Ensino Médio.

Nós, como ANPEd, agradecemos o convite para participar desta audiência pública e manifestar o nosso posicionamento em defesa da escola pública, democrática e de qualidade social referenciada para os jovens e para as jovens do Ensino Médio. Vários pesquisadores em nível nacional, mas também no Estado de Santa Catarina, pertencentes a diferentes instituições de ensino superior, públicas e comunitárias, especialmente, têm realizado pesquisas sobre o Ensino Médio e verificado nos seus resultados, por meio de artigos, apresentações de trabalhos, teses e dissertações, que a reforma do Ensino Médio tem impactado negativamente o trabalho docente e a formação dos estudantes do Ensino Médio.

É o caso das pesquisas do Observatório do Ensino Médio, do qual eu também faço parte. Nos estudos que nós temos realizado, inclusive ouvindo professores, gestores e estudantes, nós observamos que as constantes mudanças na configuração curricular nos últimos três anos no Estado de Santa Catarina, primeiro com as trilhas de aprofundamento e disciplinas eletivas do Projeto de Vida e, depois, com o aprofundamento nas áreas das disciplinas eletivas do Projeto de Vida e a instituição do chamado ensino híbrido e, agora, com essa nova configuração curricular prevista para 2025, apresentada nas falas que me antecederam, vêm repercutindo em inseguranças e na intensificação e precarização do trabalho docente nas escolas da rede estadual e também produzindo desesperanças quanto às políticas educacionais.

Essas pesquisas ainda revelam que a formação dos estudantes, resultante dessa reforma, tem sido cada vez mais frágil, inclusive vem sendo sonogado o direito desses jovens a uma educação de qualidade social diferenciada. E as mudanças, centradas em mudanças curriculares, não vêm sendo acompanhadas de investimentos e melhorias suficientes nas estruturas físicas e didáticas das escolas, nem na formação de professores e na melhoria das condições de trabalho dos professores e das equipes pedagógicas das escolas e nas carreiras docentes.

O que nós também observamos nas pesquisas realizadas na ANPEd é que há uma recorrente atitude de querer resolver os problemas da melhoria da qualidade da educação restrita a mudanças curriculares, o que historicamente tem demonstrado ser ineficiente e insuficiente. Então isso nos preocupa.

Analisando o caso de Santa Catarina, que também acontece em outros Estados, há uma indução para a formação técnica de nível médio em instituições parceiras, com a transferência de cursos públicos para tais instituições, em detrimento do fortalecimento das escolas públicas que oferecem cursos de Educação Profissional e dos Centros de Educação Profissional da rede estadual.

Além disso, nós temos observado – e vimos também na apresentação da representante da SED – que há uma indução para a oferta de curso de Ensino Médio Integrado, cuja organização e estrutura não condizem com a concepção de formação da juventude que essa forma traz consigo na sua origem, ou seja, não é possível observar – nas formas como nós temos visto ela ser materializada nas escolas – que esteja ocorrendo uma formação unilateral que permita tanto uma sólida formação geral básica quanto uma formação profissional de qualidade. E tudo isso contribui para uma formação profissional que possui um forte apelo ao empreendedorismo, a empregos precários e que traz consigo também uma ideia de responsabilização do sujeito pelos



seus êxitos e fracassos, independente das condições sociais, culturais e econômicas em que essa juventude esteja inserida, justamente por ter entre os seus pilares, entre as suas ênfases, a questão do empreendedorismo.

E, por fim, eu gostaria de destacar que nós entendemos que as mudanças na política de formação dos estudantes do Ensino Médio devem ser construídas em diálogo com as escolas, com os seus professores e estudantes, com os movimentos sociais, com as instituições de ensino superior e também com as instituições científicas, haja vista que esses são os sujeitos estratégicos para demonstrar tanto por meio dos estudos que realizam, como também, e especialmente, pelas vivências práticas e pelas condições materiais concretas das escolas, qual a formação que entendemos ser do interesse dos estudantes da classe trabalhadora, que é o público que frequenta a escola pública estadual.

Temos só mais dois minutos, então fica bastante restrita uma análise maior, mas deixo aqui as nossas considerações acerca do que entendemos ser necessário fazermos e considerarmos nas reformas que estão em curso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, professora Filomena.

Com a palavra a estudante Luíza Seibert Aroche, representando a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas de Santa Catarina (Ubes/SC). [*Transcrição e Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

A ESTUDANTE LUÍZA SEIBERT AROCHE – Oi, pessoal, tudo bem? Boa noite.

Eu queria me apresentar. Meu nome é Luíza, eu tenho 17 anos e sei muito bem o que os estudantes passam no dia a dia da sala de aula. Acho que nós temos que pensar um ensino que contemple todos, porque a maioria dos estudantes de Ensino Médio, hoje em dia, são estudantes que trabalham, que às vezes já chegam cansados na escola ou deixam de ir por não terem tempo, por não conseguirem participar das atividades da melhor maneira. Então eu acho que nós temos que pensar um Ensino Médio que contemple esses estudantes, de uma forma que não seja massivo e cansativo.

Eu também participei da consulta pública em Brasília e uma das reclamações que nós tivemos, quando se juntaram os estudantes de todo o Brasil, foi a respeito das trilhas do Projeto de Vida, que os profissionais não eram realmente capacitados para nos entregarem o melhor naquela disciplina e acabávamos aprendendo coisas banais, que não levaríamos para frente.

Então eu acho que para implantarmos esse método de ensino nas escolas públicas, que abranja um tipo de ensino diferenciado do que são as matérias-base, nós temos que pensar muito bem em como vamos capacitar esses profissionais, porque sabemos que é difícil ser professor hoje em dia. Eu tenho uma mãe professora, sei como é o dia a dia do professor, sei o quanto é complicado, e talvez capacitar para mais uma coisa se torne mais cansativo para quem vai trabalhar e para quem vai assistir à aula.

Assim, pelas consultas que nós tivemos e pelo dia a dia na sala de aula, eu sei o quão massivas são as trilhas e o PV, por exemplo. Eu sei que isso também precariza bastante o ensino, sei que a permanência dos estudantes se torna mais complicada, porque nós temos a desistência ampla dos estudantes por conta disso, pelo Ensino Médio ser massivo, por ele não abranger todos os estudantes. Nós temos que pensar em um modo de ensino que abranja todos os estudantes e que pense na realidade de cada um, seja o estudante da periferia, seja o estudante que tenha uma condição melhor.

Acho que era isso o que eu tinha para contribuir aqui.

Muito obrigada, Luciane, por me chamar. Obrigada, pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Muito obrigada. Coisa boa ouvir estudante, não é? Temos que ter tempo para ouvi-los mais.



Eu quero chamar agora o Sílvio Bhering Sallum, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina, órgão que teve um papel fundamental no acompanhamento de todas as políticas públicas, em especial esta do Ensino Médio.

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM – Olá, pessoal, boa noite a todos.

Eu e a Letícia estamos aqui representando o Tribunal de Contas. Não temos nada preparado para isso, então vou só fazer alguns comentários que podem também ser relevantes para a discussão.

Sobre o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), o Tribunal de Contas, em 2011, bem no início do programa, fez um trabalho estatístico para avaliar a efetividade na redução do número de faltas e na aprendizagem dos alunos. Inicialmente, no segundo ano da avaliação, eu acho que não foi encontrada nenhuma diferença, mas depois de seis anos de programa nós encontramos diferenças na aprendizagem e, especialmente, mais na questão da redução de faltas, se eu não me engano, pois reduziu em 30% o número de faltas dos alunos que participavam desse programa.

Então um ponto a ser considerado é que uma política pública demora para trazer resultado, e nós precisamos também pensar todos os ciclos da política pública. Então, ao alterar um programa de Ensino Médio aqui em Santa Catarina, o que fica na minha cabeça são os ciclos da política pública. Qual foi o problema identificado no currículo anterior? Qual foi o problema na implementação da última parte do novo Ensino Médio? Quais foram as tomadas de decisão, nessa nova versão, para atacar esses problemas? Foi pensada uma forma, também, de como chegar nos professores, nos alunos, nas escolas? Foram estudadas quais as escolas que terão capacidade para atender cada um dos requisitos, para já fazer esse desenho? Foi pensado, também, em depois de certo tempo avaliar o que deu certo, o que deu errado e o que se pode fazer para melhorar?

Aqui no nosso país o grande problema é que as políticas públicas são pensadas e executadas muito em cima da hora. E depois nós nem temos mecanismos para saber como vamos avaliar, chega lá na frente e nós não coletamos os dados no início da política pública e a própria análise fica prejudicada.

Então, o que eu peço para as pessoas envolvidas nisso é que pensem em todos os ciclos da política pública, para que possamos justificar, com base em argumentos convincentes, que foi pensado o porquê de toda a decisão que está sendo tomada e, dando um passo à frente, também como aquilo vai ser avaliado. Falta muito isso nas nossas políticas públicas e, num caso tão sensível como esse, deveria ser pensado desde o primeiro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Sílvio.

Agora passo a palavra para o professor Reginaldo Carriel de Lima e depois para o Márcio de Souza para, em seguida, irmos para os encaminhamentos.

O SR. REGINALDO CARRIEL DE LIMA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputados e Deputada e demais integrantes da SED e representações públicas.

Como professor da Escola Básica Doutor Aderbal Ramos da Silva desde 2015, como o professor William falou muito bem, abordando essa temática do ensino integral, percebo que temos muitas dificuldades, para não falar enormes, na execução do projeto. Eu comecei pelo Emiti, na Nereu Ramos, passei pela escola de ensino em tempo integral em Antônio Carlos e estou há três anos na Doutor Aderbal Ramos da Silva, com essa nova matriz. E agora fomos surpreendidos novamente com mais uma matriz.

É bem difícil para nós, da escola pública, principalmente como professores, nos adaptarmos a tantas mudanças sem sermos ouvidos, sem sermos consultados.

Nós estamos na sala de aula representando vocês e é bem complicado passarmos para o estudante a certeza de que vai dar certo, de uma coisa que nós não temos certeza. É bem difícil. É claro que houve mudanças ótimas, como a do ano



passado com a mudança na matriz curricular, que o pessoal da Doutor Aderbal Ramos da Silva veio aqui na manifestação, isso foi muito bom.

Então eu vejo que nós estamos caminhando, mas precisamos construir mais, precisamos construir efetivamente, e uma construção efetiva se faz passo a passo, ouvindo todas as partes necessárias.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada.

Com a palavra o professor Márcio de Souza, secretário de Igualdade Racial e Combate ao Racismo do Sinte/SC.

O SR. MÁRCIO DE SOUZA – Eu peço licença para falar sentado, em função de um acometimento que eu tenho no pé.

Quero saudar a Deputada Luciane; o Deputado Marquito; o Deputado Mário Motta; todos os integrantes dessa seleta bancada de educadores e debatedores sobre educação; e os técnicos também, que estão conosco e nos assessoram com informações.

Eu fui compelido a voltar no tempo, cinquenta anos, acho que até um pouco mais. E por que voltei no tempo? Porque nós temos aqui o professor William e a professora Filomena, que são pesquisadores e talvez seja recomendável eles visitarem a Lei nº 5.692, o modelo para o milagre brasileiro da educação. Da Lei nº 5.692 fomos para a década de 1980, com a Lei nº 7.044, depois com a LDP e em seguida o Temer, com o seu modelo Uma Ponte Para o Futuro. Ao cruzarmos o milagre brasileiro com o modelo Uma Ponte Para o Futuro, percebemos qual é o serviço da educação, qual é o serviço do Ensino Médio, pelos dois modelos econômicos aqui pautados. E nos dois há uma similitude profunda: a desestruturação do Ensino Médio e a entrega de parcela do estudantado para a formação de mão de obra barata, para aquele insurgente modelo de produção que estava se instalando.

Nós estamos aqui diante do velho com roupa nova. A roupa nova é a nomenclatura, é a complexidade atribuída a essa especificidade ou especificação de modelo de Ensino Médio, pautando a questão para o trabalho.

Eu convido todos a estudarem essa transição colocada, pois o estudantado reclama de coisas que em 1970 nós vivemos. Eu, como vítima do Ensino Médio naquela época, fui estudante do Instituto Estadual de Educação e assisti a toda essa implementação colocada. A minha formação no Ensino Médio foi de Auxiliar de Análises Químicas, porque nos foi negado o ensino científico, o normal e o clássico, que eram aquelas formações que criavam uma expectativa positiva para a sociedade e elevavam a formação geral a um patamar substancialmente diferente daquilo que se pretendeu fazer, como no ensino, por exemplo, do curso de Turismo dentro da escola, no qual não sabíamos o que era o turismo com aquilo ou o ensino de Auxiliar de Redação, em que nem máquina de escrever tinha na escola, no Instituto Estadual de Educação.

Hoje nós podemos reparar formulações para a formação técnica, em que a estrutura colocada de laboratórios, de instrumentos, de equipamentos, em nada está preparada. Eu, agora, como professor do Instituto Estadual de Educação – fui aluno, fui professor e peguei o Ensino Médio Inovador –, sou professor de Química e no Ensino Médio Inovador muitas vezes tive que dar aulas no pátio, embaixo de uma árvore, porque aquela sala estruturada para dar as aulas do contraturno não existia.

Então, notem que nós estamos falando de uma situação severa, como o Reginaldo denunciou aqui e como nós falamos, em que os modelos se sucedem e não há a incorporação da base de aplicação, que são os professores, para se assenhorearem daquilo que está sendo proposto como implementação.

Nós estamos repetindo aqui, e eu estou falando na forma de denúncia, porque senão nós estaremos passando aqui o papel de brincar com a vida de centenas de milhares de estudantes que estão acreditando, institucionalmente, que aquela escola vai lhes levar para um lugar melhor, e não vai, certamente não vai. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Reinaldo Takashima Ouriques*]



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Bem, eu quero fazer um acordo aqui para concluirmos esta audiência. Se abrirmos o debate, iremos retomar vários pontos, e penso que todas as grandes questões apareceram nesta audiência. Quero, então, tentar fazer uma síntese e propor um encaminhamento. Vou partir da minha fala inicial, que fecha com as várias falas apresentadas aqui.

A necessidade é que a Secretaria de Estado da Educação pare de experimentar modelos e analise os modelos ou projetos já existentes – vários foram citados aqui – e, para isso, temos relatórios do Tribunal de Contas e do Observatório do Ensino Médio. Nós temos muita literatura já produzida que dá margem para fazermos uma boa síntese.

Primeira questão: parar de experimentar, porque ora você coloca 60 horas de Itinerário Formativo, ora você coloca 40 horas de aulas complementares, mas não é uma questão de mudança de termo ou de carga horária, a questão é muito mais de concepção, é o que queremos desse Ensino Médio. Essa é a primeira síntese.

Segunda questão: de fato, o que a SED está falando de que os alunos podem escolher, não existe na prática. Os alunos estão sendo escolhidos com base no que sobra na escola, eles precisam se enquadrar na situação da escola. Isso não tem a ver com vocação de desenvolvimento regional ou vontade de fazer tal curso. Eu, por exemplo, se tivesse que cursar o Ensino Médio e me dissessem que teria que fazer um curso de Auxiliar de Administração, eu diria não quero e tenho o direito de optar por outro [curso] técnico, mas não tem isso. Essa é a segunda questão.

Terceira questão: é o quanto precisamos dar conta daquilo que o professor Márcio falou. Precisamos olhar para a realidade das infraestruturas das escolas, como foi falado também pelo Marquito, pelo Willian, pelo Vieira e pelo Evandro: o que temos à disposição para o Ensino Médio?

Quarta questão e talvez a mais importante de todas, se formos fazer uma hierarquia: ninguém muda a política educacional sem construir a política educacional com quem faz essa política educacional. Vamos parar com isso. Eu sempre digo: você fecha a porta e dá a sua aula, mas você precisa estar envolvido, entender o processo e ser ouvido, porque quando escutamos erramos menos. A SED precisa investir tempo nessa escuta qualificada e ouvir os professores. Pode apresentar propostas? É claro que pode, inclusive é obrigação do gestor público apresentar, mas tem que ouvir, porque só aprovar no Conselho e mandar para a escola significa a não execução da política pública.

Estou resumindo aqui todas as questões, poderíamos detalhá-las muito mais, mas quero dizer que a nossa proposta, se todos concordarem, vai na linha de um acompanhamento da implantação do Ensino Médio. Vamos criar uma comissão de acompanhamento. O Sinte estará à disposição para indicar quem estará nessa comissão, e não poderão ser dez pessoas, o Sinte indicará uma, nós, Deputados, acompanharemos através da Comissão, e acho que o Observatório, a ANPEd e a Ubes podem indicar representantes também. Queremos estabelecer um diálogo direto com a SED sobre essas questões.

Como mencionei hoje à tarde para o Cimadon, precisamos construir mais em conjunto. Mesmo que exista uma legislação federal, eu vou trazer aqui o princípio da Constituição, que é a autonomia dos entes federados. Normalmente o Conselho Estadual diz amém para tudo o que a SED manda, não é verdade? Quase tudo ou tudo o que a SED manda é votado como a SED quer, não é? Então, eu gostaria que o Conselho tivesse mais autonomia e mais responsabilidade nessa construção, caso contrário nós vamos puxar a orelha, sim, porque os conselheiros precisam escutar mais o que as escolas têm a dizer sobre a educação.

Termino com esse encaminhamento. Pode ser assim? Vou oficializar isso para o Secretário da Educação.

Há pouco eu falei com o Governador, pedi para conversar e ele me respondeu perguntando se poderíamos conversar amanhã à noite. Eu não posso, pois não estarei



aqui, mas levarei essa pauta ao Governador, porque o Governador está errando muito. Não sei se o que está chegando para ele é o que ele quer mesmo ou se não está chegando.

Outra coisa: Catec, vamos parar de fazer propaganda. Não é aquilo que está na TV. Não é aquilo que está na TV! Uma coisa é a propaganda do governo, outra coisa é a quantidade de alunos, a modalidade do curso, quando começa um curso, quando termina e quantos alunos têm. Temos responsabilidade com isso.

Gostaria muito que referendássemos esse encaminhamento para que pudéssemos dar continuidade a um debate que não termina aqui. Não começou aqui, porque já perdi a conta de quantas audiências fizemos, e agora estamos de novo fazendo uma audiência para discutir o Ensino Médio. Nós vamos continuar fazendo esse debate.

É isso, Mário Motta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA – Eu gostaria de reforçar, porque acho que de todos que estão aqui ou dos que nos acompanham, tanto quanto o professor Márcio, eu também vivenciei o Ensino Médio dos anos 1970. Na verdade, comecei nos anos 1960, entre 1969 e 1971, no tempo em que era científico, clássico, normal e administradores escolares. Compreendo perfeitamente quando o professor Márcio coloca justamente a secção feita entre o que se quer e o que se oferece, e as condições, especialmente de se poder transformar na prática aquilo que a teoria muito belamente propõe.

Acho que a proposição de um diálogo com a própria Secretaria e desse acompanhamento é de muito bom senso. Inclusive estou à disposição, juntamente, tenho certeza, com o Marquito e com a Luciane, para representar a Comissão. Trabalhei por oito anos no Conselho Estadual de Educação e acompanhei de perto muitas discussões nesse sentido, e acredito que se tem alguém que pode contribuir mais propriamente para referendar as decisões que a Secretaria toma, é quem realmente faz o ensino.

Eu me recordo que nos anos 1980 – não me lembro do Governador – eu trabalhava no prédio central da Secretaria e coordenava a área de Educação Física, e nós fizemos uma reforma completa não no Ensino Médio, mas no Ensino Fundamental, e fomos orientados, na época, pelo professor Josué, da Universidade Federal de Santa Catarina, e pela professora Leda Scheibe. Nós esquecemos as disciplinas que cada um tinha para pensar no tipo de escola que gostaríamos de ter e como gostaríamos que os nossos alunos completassem os seus cursos, de que forma. Depois de discutirmos muito sobre isso, ele pediu para que cada um, na sua disciplina, aplicasse os conceitos que definimos em conjunto – inclusive discutindo muito com os professores e com os alunos nas escolas – de como cada disciplina poderia contribuir para que aquilo acontecesse.

Eu me recordo que, na minha área, Educação Física, nós fizemos pelo menos umas doze ou quinze reuniões regionalizadas com professores para podermos chegar ao mínimo de um currículo, que depois acabou sendo desenvolvido, porque todo mundo se sentia relativamente proprietário, criador, copartícipe daquilo que ele mesmo teria que produzir posteriormente.

Então, tenho a impressão de que nós podemos tirar, sem dúvida, essa sua proposição com muita tranquilidade. E acredito que seja de muito bom senso que a Secretaria compreenda exatamente essa posição e conte com o apoio e com o trabalho que venha a ser realizado por essa comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Marquito, você quer sugerir algo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Sim.

Conversando rapidamente aqui com a Deputada Luciane Carminatti, sugeri também incluir o Tribunal de Contas nessa comissão, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Pode ser?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Acho importante por conta do ...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Quer entrar também, Marcelo (*refere-se ao Promotor Marcelo Brito de Araújo*)?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – A Promotoria também.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Ele está lá quietinho, mas não adianta você não entrar, porque depois sobra para ti, vamos bater na porta do Ministério Público (*risos*). Pode ser?

É isso então, pessoal? Eu vou referendar aqui: ANPEd, Ubes, Sinte, Observatório, Comissão de Educação, Tribunal de Contas e MP. Não coloquei a SED porque ela é o diálogo conosco. Certo? Tudo bem?

Podemos encerrar a audiência pública, então?

Eu quero agradecer muito a participação de todas as pessoas que estiveram conosco *on-line* e referendar que todas as falas aqui já estão com a nossa taquigrafia, que está produzindo o relatório que servirá, inclusive, como documento inicial para todo esse debate de acompanhamento. Acho que vamos precisar fazer esse *link* das falas que foram realizadas para que a SED possa responder e nos orientar enquanto acompanhamento futuro. Certo?

*(Por determinação da Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputada Luciane Carminatti, abaixo a reprodução *ipsis litteris* das mensagens enviadas por meio do chat do YouTube da Alesc:*

“Emanuele Weber MattielloBoa noite pessoal, seja todas as pessoas bem vindas

Emanuele Weber MattielloORIENTAÇÃO:Vou recolher as perguntas, sugestões e apontamentos aqui do CHAT

Emanuele Weber Mattiellopara repassar a Deputada Luciane, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesc

Daniel MacanudoA comissão de Educação tem informações de como ficará a hora atividade para 2025. Se será obrigado a cumprir 50% na escola ou ficará a cargo do gestor da unidade essa opção (liberar ou não)?

Alvete Bedinboa noite

Denise Izaguirre AnzorenaBoa noite!

Profa. Mayra Navidad / Língua EspanholaSobre o concurso, a língua espanhola teve suas aulas reduzida pela metade no ensino médio e após a prova e na mesma data do resultado final as vagas foram reduziram

Profa. Mayra Navidad / Língua EspanholaFomos prejudicados!

ireneu pappisBoa noite. É uma luta interessante. Estamos juntos.

Alvete BedinIsso e fundamental

ProfeVanuza AnjosBoa noite. Qual o posicionamento da deputada sobre as exclusões das vagas do concurso da disciplina de Gestão e Negócios

Vera FreitasHora atividade é essencial para a qualidade das aulas, e precisa ser feita em espaço de qualidade para ela garantir qualidade em seu cumprimento.

Ingrid AckermannBoa noite professora, vereadora Ingrid de Concórdia

Luiza Regina Cordova LealBoa noite!

Profa. Mayra Navidad / Língua EspanholaO estado deveria ter organizado a sua matriz antes de lançar um concurso, onde grande parte das vagas foram removidas, isso configura improbidade administrativa.

Jane KleinA aprovação em um concurso é o resultado de muito estudo e dedicação. Os candidatos que escolheram Espanhol como língua estrangeira confiaram no edital e se prepararam com afinco.

Jane KleinÉ fundamental que as instituições respeitem os direitos desses aprovados. A retirada de vagas fere os princípios da ética e da legalidade.

Adelaide Simãoboa tarde tudo blz

Alvete BedinPrecisamos discutir o Ensino profissionalizante criar em 493 escolas publicas estaduais,sem estrutura, sem formação de professores, sem habilitações.....

Derlan TrombettaBoa noite!



Raphaela Hubert Como vai ficar a educação especial?

Neiva Scarabotto Boa noite

Ana Caroline Azi Qual motivo para diminuí o ensino língua espanhola no ensino médio?

Professora Monaliza Porquê mesmo se mostrando ineficaz o estado de SC continuará optando por aulas remotas. Isto está fora do projeto nacional.

Juliano Deotti Da Silva A principal luta deve ser por um Ensino Médio totalmente presencial....

Marina Giosa Deputada @lu.carminatti, Deputado Marquito, nós, professores de Espanhol, estamos profundamente preocupados com a retirada de vagas destinadas no concurso público.

Marina Giosa Essa exclusão não só desvaloriza nossa profissão, mas também prejudica os estudantes, por isso solicitamos uma atenção para garantir que nossos direitos no concurso sejam contemplados.

Ojo Los Espanhol sempre na luta para ter seu espaço. Tivemos redução de sua carga horária, o que é uma perda para nosso estado, desconsidera nossas fronteiras e nos deixa isolados de nossos vizinhos.

Professora Monaliza Porque o Projeto de Vida foi completamente excluído pra 2025. Bem como os itinerários e eletivas.

Richard Silva Eu continuo aguardando o recurso que diz respeito às questões inconstitucionais que faziam parte da prova de conhecimento geral.

Fagner Silva Bem isso

Professora Monaliza As aulas remotas não são eficazes.

Richard Silva o ministério público continua atuando?

Richard Silva Eu continuo aguardando o recurso que diz respeito às questões inconstitucionais que faziam parte da prova de conhecimento geral.

Erica Nandha Não existe mais itinerários formativos

Juliano Deotti Da Silva A matriz do Ensino Médio catarinense não está em consonância com muitos aspectos da Resolução n. 02 do CNE de novembro de 2024, a exemplo, o Itinerário formativo de aprofundamento....

Juliano Deotti Da Silva itinerário formativo de aprofundamento, PRECISA ser presencial.

Viviane Câmara Se o Itinerário Formativo foi pensado de forma a ajudar o aluno no Enem porque diminuir o Espanhol?

Ana Caroline Azi Preparando para o Enem alunos que optam pelo espanhol com apenas 1 aula por semana?

Daniel Macanudo o formato online já se mostrou ineficaz, tanto que, os estudantes não realizavam as atividades e recebiam falta, forçando o governo a solicitar a retirada dessas faltas do 2 e 3 trimestre

Luiza Regina Cordova Leal Não combina com o ensino médio que deve ser. É um projeto que atende o interesse neoliberal do governo estadual.

Fabio Sobre a matriz 2026, após a matriz de transição, portanto, haverá aulas não presenciais?

Anna Carolina Ferreira da Silva A luta por Hora Atividade PRECISA se estender também aos Supervisores, Orientadores Escolares e Atps! Não existe formação continuada de qualidade, sem que estes profissionais tenham tempo p/ estudos.

Juliano Deotti Da Silva com todo respeito, mas aprofundamento se faz presencialmente.

loreci orsolin deputada Luciane sempre atuante, informando

Luiza Regina Cordova Leal Vão orientar e formar professores? Vão enfiar o proteto goela abaixo, para eles e para os alunos, com interesses sórdidos!

Ingrid Ackermann Concordo com a luta de hora atividade para toda a categoria.

fabio Otavi Oo aluno não faz atividade na sala de aula, muito menos fará no intervalo do trabalho dele.



Derlan Trombetta ANFOPE SC

Daniel Macanudo a ela deve desconhecer a realidade das salas de aulas no Estado!

Solange Maria Alves UFFS. Chapecó

Cassia Costa Boa noite. Novamente vemos uma alteração sem o debate com os trabalhadores/as em educação.

Juliano Deotti Da Silva A PCS/2014 não dialoga epistemologicamente com a Pedagogia das Competências... há um hibridismo em nosso CBTCEM

Viviane Miranda Viviane de Joinville Presente

fabi O Otavi O alunos do ensino médio não sabem nem o que é verbo.

Cassia Costa Fica difícil acreditar em uma Secretaria de Educação que não debate a matriz e que hoje está fechando turmas e escolas em vários municípios do Estado.

Dandy dos Santos Boa noite. Videira presente

fabi O Otavi O pq tiraram o espanhol como obrigatório?? Vergonhoso.

Juliano Deotti Da Silva precisamos ter a clareza do que é currículo formal e currículo oculto...

Ana Caroline Azi O trabalho da segunda língua não haverá continuação?

Josy Oliveira atividades que poucos participam!!!!

Daniel Macanudo As escolas estão sendo obrigadas a aceitarem o ensino técnico pelas CREs, principalmente onde existem gestores indicados. Não há opção nem consulta aos interessados para implementação.

Jane Klein Constatamos um educação que exclui a economia e política do Mercosul. Ficamos mais uma vez na falácia sem prática e ações.

Ana Caroline Azi O Enem e vestibulares cobram o espanhol e a escola ?

fabi O Otavi O maioria das feiras de ciências foram trabalhos em cartolina.

Cassia Costa As CREs pressionando as escolas em realizar aberturas de cursos técnicos sem estruturas nas escolas. Impondo o fechamento dos 1º anos do EM no propedêutico.

Ingrid Ackermann E o curso do magistério precisa ser pensado para ele continuar, pois ele é fundamental para formação de auxiliares de creche, agentes de apoio educacional, secretários escolares. Em horário que realm

Ana Caroline Azi Alunos dos cursos técnicos não tem espanhol?

Ingrid Ackermann O magistério precisa ser disponibilizado em horário que os alunos consigam cursar. A SED está dificultando cada vez mais o funcionamento de um curso tão importante.

Daniel Macanudo Esse é o intuito do governo.. terceirizar para o Sistema S

Dandy dos Santos Querem a qualquer custo terceirizar a educação catarinense. Dinheiro público é para escola pública de qualidade.

Ton Lima Palhaçada o que estão fazendo com o catec...

Cassia Costa Que absurdo! Dinheiro público para a área privada. Investir em nossa escola pública é o correto. Cursos técnicos com qualidade na escola pública!

Ton Lima terceirização total por interesse político

Luiza Regina Cordova Leal O governo estadual quer sucateamento da educação

Juliano Deotti Da Silva As escolas da Rede Estadual de Ensino terão os mesmos recursos das "parcerias"?

Marcia Pedroso Boa noite.

Josy Oliveira Antes tínhamos 31 aulas, o que correspondia a carga horária necessária, agora temos 30 aulas. Essa 1 aula que falta transformaram em 40h de projetos, ou seja, economia de professor!

Fabricio Lima Profº Fabricio Lima - FEE/SC Professor do CaTec Gostaria de saber por que aos invés do Governo do Estado investir em Melhorias na infraestrutura dos CEDUPs em todo o Estado, o Estado está pagando para



Fabricio Lima SENAC e SENAI.A fala da Profª Joicelete não condiz no que aconteceu a fala dela para Todos os Diretores das Escolas do Estado, onde foi colocado a imposição que todas as Escolas deveriam fazer a

Fabricio LimaMatriz Integrada com Parceria.

Fabricio LimaEm nenhum momento os CEDUPs no Estado de Santa Catarina foram consultados para auxiliar com estas Matrizes Escolares que agora estão colocando para a Realidade de 2025.

Cassia CostaMuito bom poder ouvir o Professor William!

carolina puertoinvestimento nas escolas públicas, formação de qualidade e condições de trabalho para os professores é o que precisamos para qualificar a educação. Não parcerias/privatização da educação.

Fabricio LimaO Estado tem dinheiro, e também tem como conseguir mais dinheiro ainda do Governo Federal para Investimentos na Infraestrutura das Escolas Públicas, colocando Laboratórios de Tecnologias

elisabete miraElisabete de Mira São Francisco do Sul. Professora.

carolina puertofesta junina, festa da família pra completar a carga horária? que isso, gente?

Josy OliveiraCarolina, isso é pra burlar a carga horária e fazer economia com professor!

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAso cifrão

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAjorginho terror da escola

Daniel MacanudoE em todas as mudanças os professores/as não foram capacitados para trabalharem com esses novos temas.

Cassia CostaA SED brinca com o futuro dos estudantes.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAE do professor como lixo

Cassia CostaAs atividades não presenciais já demonstraram que não funcionam.

Lorici FacchinettoVão se formar para serem mão de obra e não seres pensantes.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAtratado como matrícula

Cassia CostaExato, quem decidiu?

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAmão de obra burra fácil de gastar

Emanuele Weber MattielloPessoal, boa noite

Emanuele Weber Mattielloestou anotando todas as perguntas

Emanuele Weber Mattielloquem quiser fazer perguntas, por favor escreva aqui a pergunta, ao final, conforme o tempo, serão lidas

Ingrid AckermannComo irá funcionar o curso do magistério?

Waléria Oliveira Luzquerem mão de obra bruta, não jovens pensantes e futuros acadêmicos

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRApergunta : quem vai garantir ensino médio ao aluno trabalhador do noturno haja vista que estão Fechando as escolas do noturno , arrastando os alunos via ônibus a escolas que não socialmente vivida?

Cassia CostaPergunta: Por que a SED não realizou o debate com os trabalhadores/as da educação sobre a nova matriz?

SOLANGE MARIA ALVESO que compreendem por "trabalho como princípio educativo"?

João Eduardo VecchiBoa noite

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA@cassia exatamente estão fechando aula

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAgestor indicado é horrível

Roberto BaronBoa noite. Audiência pública que, de certa forma, pouco considera a participação de estudantes, professores que estão ACTs infelizmente, sem as mínimas garantias para um ambiente também de pesquisa.

Elsio CoraExcelentes falas e bela iniciativa!

Luiza Regina Cordova LealNosso Sinte!!! Sempre na luta!!!

Vera FreitasLamentável! O e



PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAo sinte não olha as escolhas noturnas ...só isso !!!

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAescolas

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAexatamente , economia no transporte .fechando escola noturna

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAexatamente senhor !!! estão fechando escola 1 ano pq irão de transporte a outra região

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAverdadeira zorra total nossa educação

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAformação !?? eu fui jogada na escola e nem me informaram essas mudanças no ensino médio

Vera FreitasLamentável. a forma que a educação está sendo tratada pelo estado de SC, onde temos grandes polos de pesquisas nas universidades e nas industriais, mudanças no EM deveria ser discutida no coletivo.

Roberto BaronComo ter acesso às tecnologias se em escolas tem internet, wi-fi, de 100mg de acesso. Isso é ausência de democracia.

Fabricio LimaMas como vai ter Professores com tempo de planejamento Coletivo se o GOVERNO acabou de Diminuir a Vaga dos Novos Efetivos.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAexato Fabrício ,não cumpri 1/3 de aula atividades

Roberto BaronProfessores e professoras tendo que trabalhar no formato ACT não tem espaço para pesquisar e estudar.

Fabricio LimaNa área de Gestão em Negócios foi uma grande número de Vagas Canceladas, e ai Questiono cadê a legalidade desta Postura de Governo?

Ingrid AckermannNo município de Seara estão municipalizando escolas com o aval da Sed e deslocando alunos do ensino médio para outras escolas. As escolas precisam de incentivo e não cortes.

ISMAEL BONIFACIO ISMAELNo concurso da SED 2024.

Fabricio Limaem relação ao Concurso Público que ele prometeu que iria ser a maior contratação de Professores que o Estado já viu.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRAmas ensino médio que é competência do estado ,estão cortando tbm !!! onde o governo gasta o grande PIB que eles tem !?

Ojo LosAs medidas da sed para melhorar o ideb são antidemocráticas e efêmeras. Fechamento de escolas, matriz sem participação da comunidade, média global, indicação para gestão.

Ingrid AckermannDesrespeito com as comunidades fechar ensino médio nos bairros da cidade de Seara. Amontoar alunos em uma escola. Isso acontece quando educação não é prioridade para os governos.

Roberto BaronMuitos estudantes não querem estudar, querem uma "nota", e só. Por que? Seria culpa dos professores e professoras? Ou é apenas uma decisão de manipular estudantes para se contentar com baixos salários

Fabricio LimaComo assim estão com os Editais ai se o Próprio Estado já está deixando o SENAC entrar nas Escolas para falar com os Alunos sobre as Matrículas em Parceria com o SENAC.

Roberto BaronA falta de expectativas, a ausência de sonhos de vida como transformar a sociedade em que vivemos e convivemos, é o nosso desafio. Não são as horas de aula que vão resolver.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRANão poderíamos esperar uma educação assim ,ser professora no estado está horrível e não por isso irei trocar por outra ...vou lutar !!!

Rosimeri Jorge da silvaBoa noite

Daniel Macanudoos professores e professoras precisam serem ouvidos em qualquer mudança na educação pública!

Vera FreitasO empresariado e governos entreguistas não querem uma sociedade critica, que sabe questionar e cobrar seus direitos, seja no chão de fábrica ou espaço público, ou para estar neles.



Roberto BaronÉ isso. Lutar. Lutar por uma educação pública descolonizadora, libertadora e que tem a curiosidade e o questionamento como proposta de diálogo nas relações entre professores e estudantes

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA Mas lhe digo ser professora numa escola que busca acabar com ensino médio noturno ... é difícil!!!

Daniel MacanudoO formato de avaliação também precisa ser revisto. Em matemática, por exemplo, 4 avaliações mais 4 recuperações, mais revisão toma todo o tempo para aprofundar nos conteúdos

Emanuele Weber MattielloPESSOAL, SE TIVEREM PERGUNTAS PARA AS PESSOAS QUE ESTÃO FALANDO, LEMBREM DE ENVIAR AQUI :d

Vera FreitasPassou da hora do executivo discutir a educação com quem está na educação, com quem faz educação e com quem pensa a educação! O executivo está dialogando apenas c/ quem quer produção e não pensamento.

Vera FreitasNossas avaliações não podem retroceder, temos que avançar em qualidade e inclusão.

Daniel Macanudo pergunta para representante da Sed: se querem investir no ensino técnico pq retirar os profissionais dos laboratórios das escolas e não investir nos mesmos para atender esses estudantes?

Josy OliveiraParabéns, Prof. Filomena! que aula na sua fala!!!!

Roberto BaronA redução e substituição dos conteúdos repetitivos por objetos de estudo multissemióticos, intertransculturais, intergenéricos e cronotópicos com a escolha de cada estudante com mediação de professor

margarete maria gonçalvesVergonha SC cadê nossa gestão democrática!!

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA gostaria muito de saber pq não querem abrir vagas aos primeiros anos noturnos ?? pq estão fechando as escolas públicas noturnas ???

Roberto BaronEstudantes como protagonistas querem escolher os objetos de estudo e pesquisa.

Roberto BaronMaior autonomia para estudantes e professores

Vera FreitasPrecisamos ouvir nossos jovens, nossos professores, os pais, todos os segmentos da sociedade, fazer estudante empreendedor não é mudar currículo é dar condições: Valorização e estrutura.

Roberto BaronAvaliação formadora, sem provas e sem nota, com histórico escolar exigidos pelas universidades e empresas.

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA falou tudo professor .

Cassia CostaQuerido Professor Márcio, como é bom ouvi-lo. Sempre na luta!

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA escola bancária ... em busca de desigualdade de ensino ... e de oportunidade

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA uma vergonha , vergonha ... enquanto educação é considerada gasto ...

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA e parem de esquecer alunos ... esquecer escola noturna ... esquecer quadro docente ... parar de usar educação com o propaganda enganosa

Sant Ana educação pública nunca dói levada a sério. Se a população não protestarem por qualidade e toda categoria não protestar, esse desgoverno sucateará ainda mais a educação.

Juliano Deotti Da Silva Ensino Médio precisa ser presencial, com infraestrutura, investimento e formação continuada para os profissionais de educação.

Ana Caroline Azi Por isso a importância de uma continuidade do processo

PRISCILLA DE SOUSA PEREIRA sed só vê as matrículas mas não há nada mais triste ... que professor de sentir um lixo

Rosimeri Jorge da Silva Bem importante a proposta de acompanhar a política.

Lúcia F. é necessário identificar na tela o nome da pessoa que está falando

Fabricio Lima Coloca o FFE na Comissão



Luiza Regina Cordova Leal Os professores que participarem devem ser escolhidos pela comunidade escolar e não pela sed.

Alvete Bedin Exatamente audiência

Emanuele Weber Mattiello obrigada pessoal, excelente audiência

Luiza Regina Cordova Leal Boa noite!

Emanuele Weber Mattiello seguimos acompanhando e atentos(as) na comissão e nesse gt

Emanuele Weber Mattiello boa noite

Cassia Costa Muito bom!" (Cópia fiel.)

Agradeço mais uma vez a presença de todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.)

[Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
PRESIDENTE**